

Juventudes, a Universidade é para todos?

A importância do *Engagement* estudantil no ensino superior, aspectos da realidade para a não evasão

Luciene Maldonado¹, Sabrina Capulo²

Eixo Temático: 13

Resumo

Este artigo possui em sua intencionalidade trazer à discussão um tema de muita relevância na contemporaneidade onde enfrentamos uma redução qualitativa e quantitativa no acesso a Educação. As reduções das políticas públicas, fortemente atingidas por políticas neoliberais impactam, não somente, no processo de ensino e aprendizagem, mas na permanência do estudante na Universidade. Nesse compasso a Educação em nível Superior continua sendo ainda inacessível à juventude pobre e, os poucos que conseguem acessá-la, têm grandes dificuldades em manter-ser, em cumprir a demanda exigida e em concluir o curso com qualidade. Deste modo, intentamos fornecer elementos que auxiliem nas reflexões sobre as complexas relações que se estabelecem entre os jovens pobres e a Universidade, sobretudo, a importância do *engagement* estudantil para a não evasão. Os apontamentos que apresentamos são oriundos das experiências docentes das autoras em escolas da rede pública de ensino com as Juventudes de ensino médio. Denota-se que o mesmo jovem pobre que possui dificuldades na sua permanência escolar, também encontrará uma dificuldade ainda maior em sua permanência universitária. Desse modo, consideramos *engagement* estudantil uma ação que possa corroborar com o desempenho integral desse estudante, sendo entendido como um construto de desempenho para a coletividade universitária num todo. Também utilizado como um possível balizador para avaliar o desempenho do ensino e aprendizagem, além de caracterizar sua importância para a condição de manutenção dos estudantes nas universidades. A relação juventude-universidade, a condição docente e a gestão universitária, são consideradas aportes fundamentais do *engagement* estudantil no ensino superior.

Palavras-chave: *Engagement* Estudantil; Ensino Superior; Juventudes; Universidade.

¹MALDONADO, L. Mestre em Educação FAGED/PUCRS; Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCRS; pesquisadora/bolsista CAPES; Linha de Pesquisa: Formação, Políticas e Práticas em Educação; membro do grupo de estudos e pesquisa em *Engagement* estudantil da PUCRS; membro do núcleo de estudos e pesquisa sobre educação étnico-racial, educação e direitos humanos do IPA Metodista RS; professora com licenciatura plena em História. E-mail: luciene.maldonado@acad.pucrs.br

²CAPULO, S. Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCRS; Linha de Pesquisa: Formação, Políticas e Práticas em Educação; Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Juventudes Brasileiras, linha: Processos de formação juvenil; Professora de Língua Portuguesa, Literatura, Língua Inglesa e Produção de texto do Ensino Médio na rede estadual de ensino. E-mail: sabrinacapulo@gmail.com

Introdução

A educação é um processo complexo em que o indivíduo é gradualmente inserido em um universo de instrução formal, social e cultural que se inicia na escola em tenra idade e que, se objetiva ser contínuo ao longo da vida. Interessa-nos neste momento o diálogo sobre a dimensão da educação, essencialmente na relação entre sujeitos e ações, em uma abordagem a partir dos aspectos da relação entre discente-docente na Universidade. Acrescente-se ao escopo deste trabalho estudos no âmbito da Sociologia da Juventude que têm apontado as dificuldades de muitos jovens em atribuir sentido à Educação, o que representa efetivamente um possível esvaziamento de sentido também para o seu futuro.

Na educação superior se objetiva realizar, efetivamente, um compromisso com uma formação na sua integralidade incluindo a relação profissional para uma inserção qualificada no mercado de trabalho. Sobre a perspectiva educacional ou em qualquer proposta pedagógica que se estabeleça, a universidade busca, acima de tudo, o cumprimento da meta educacional, do processo de inclusão e dos requisitos estabelecidos legalmente. Porém, a formação superior trata de sujeitos que efetivamente participam do coletivo universitário, cujas intenções, metas e pontos de vista precisam ser conhecidos para que o processo de não evasão tenha êxito. Assim, as reflexões aqui sugeridas são oriundas de pesquisas exploratórias realizadas pelas autoras no curso da disciplina de Juventudes Contemporâneas e Educação, do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da PUCRS, e que servirão de aporte para, por exemplo, levantarmos a questão da necessidade da visibilidade das juventudes na definição de políticas educacionais e seu acesso ao ensino superior.

Para que se possamos compreender as Juventudes, se faz necessário conceituar seu significado já que ser jovem não está ligado exclusivamente ao desenvolvimento biológico. Assim, aponta Dayrell e Gomes (2009), que a juventude é uma construção social iniciada na adolescência, entendido também com um período de transformações biológicas, psicológicas e de integração social. Mas, também de posicionamentos de sua formação subjetiva que desperta no indivíduo a buscar por maior autonomia, por comprometer às responsabilidades, dentre outras mudanças socioculturais. A utilização do termo Juventudes no plural preconiza a ideia de que não há um único modelo ou grupo de juventude, logo, por ser uma construção social, ela não está alheia à sociedade em que vive.

Desse modo, entendemos que o jovem pode se inserir em diferentes grupos de Juventudes com hábito e comportamentos distintos na mesma faixa etária, por exemplo. Dessa maneira, a juventude se constituirá de acordo com a realidade sócio-histórica vivenciada pelo sujeito. Isso quer dizer que diferentes sociedades e diferentes grupos sociais constroem suas juventudes de maneira singular, assim a diversidade dessa fase compreende classes sociais,

etnias, valores, posições religiosas, espaços geográficos, gêneros e muitos outros fatores. Por essa razão, caracterizar a juventude como uma fase que possui duração pré-estabelecida ou como uma passagem para a vida adulta é errôneo, pois esse tipo de posicionamento é o que está justamente atrelado a limitações teóricas na definição de políticas educacionais. Partimos do ponto, portanto, que a juventude constitui um processo amplo e complexo da vida do sujeito que não pode ser simplesmente reduzida a uma fase de transição.

Compreendendo a juventude como uma construção social, Dayrell (2003) critica os rótulos que a juventude recebe por entender que esse sujeito, naquele momento de sua vida, não é um protótipo de adulto.

Outra percepção que se tem da juventude se baseia numa perspectiva romantizada no século XX, por volta dos anos 60, na qual representada por jovens da classe média, reivindicavam por direitos humanos e outras demandas sociais demarcando suas ações por meio do movimento estudantil organizado. Diante desse prisma, juventude é sinônimo de liberdade, prazer e comportamentos distintos, sendo marcadas por experimentações, inspiradas em incertezas.

Outra noção de juventude identificada por Dayrell (2003) é a anulação ou a redução do jovem no campo da cultura, como se sua condição juvenil se reduzisse à participação em atividades culturais de finais de semana ou de interesses exclusivamente de consumo. Essa visão é explorada pelas grandes indústrias, pela mídia, pela moda que tem como o seu público com intuito o jovem, que, apesar de seu forte apelo à verossimilhança, também não condiz integralmente a uma noção realista da juventude principalmente porque explora padrões comportamentais e de consumo incompatíveis com grande parcela desta população. Segundo Vianna (2003, p. 8), “ser jovem’ ou ‘manter-se jovem’ [...] passou a ser um objetivo permanente. A juventude é hoje uma espécie de mercadoria vendida em clínicas de cirurgia plástica, livros de autoajuda e lojas de departamentos”. Essas ideias em conjunto com as outras tendências apresentadas anteriormente negam a existência do jovem como sujeito sociocultural.

Sendo assim, ao tratamos temas em que os jovens são protagonistas, devemos sempre entender o meio de que esses sujeitos são oriundos e em qual estão inseridos, para que assim a Educação possa vir auxiliar no desenvolvimento, no acesso, na inclusão e permanência no ensino superior.

O acesso dos jovens à Universidade

Quando tratamos de acesso à Universidade podemos encontrar uma gama de aspectos que corroborem com a ideia de acessibilidade, neste caso específico, trataremos sobre a entrada dos jovens no ensino superior e sua permanência. A acessibilidade pode ser um conceito ligado ao processo de entrada do sujeito, não especificamente a sua permanência e, ao tratarmos sobre este aspecto, entendemos que acessibilidade é um conjunto de fatores que interagem para que o sujeito sinta-se integrado e pertencente àquele espaço.

Para que as políticas de acesso e permanência de jovens oriundos das classes populares nas Universidades seja de fato uma ação inclusiva e integradora, precisamos atentar para a criação de políticas públicas e políticas institucionais que sejam acolhedoras e de fato inclusivas.

O ensino superior no Brasil, apesar dos últimos dados o INEP³ apontar um acréscimo de modo geral em ofertas de vagas em instituições públicas e privadas, vem enfrentando embates em relação à política educacional.

Vale destacar, como aponta Corbucci (2014) que a implementação da Educação Superior no Brasil, assim como na educação básica ocorreu de forma extemporânea se comparado aos demais países da América Latina. O acesso à educação superior no Brasil, com a criação da primeira Universidade ocorre somente no século XX, enquanto as primeiras universidades da América data do século XVI. Esse distanciamento histórico de quatro séculos, somados ao longo período de escravidão, contribuiu para o não acesso a Educação ampla, principalmente, no ensino superior. Assim, como aponta Pinto (2004, apud CORBUCCI, 2014, p. 08)

[...]o modelo privatista de expansão da educação superior não é abrangente o suficiente, pois inibe o ingresso de afrodescendentes e pobres. De fato, quando se comparam as proporções destes dois grupos em instituições públicas e privadas, verifica-se que sua incidência é maior nas primeiras. No entanto, o estudo elaborado por este autor é anterior à implantação do Programa Universidade para Todos (ProUni), de modo que, nos últimos anos, tem crescido a proporção de afrodescendentes e de estudantes de baixa renda nas instituições de ensino privadas.

Desse modo, ao observarmos os dados apresentados pelo censo da Educação Superior, verificamos que o acesso ao ensino superior no Brasil nos últimos dez anos teve um acréscimo de ofertas de vagas. Como aponta o relatório do INEP (p.08) foram ofertadas em 2017 cerca de 10,7 milhões de vagas em graduação, sendo que dessas 73,3% de vagas novas e 26,6% vagas remanescentes. Este último pode ser avaliado como sendo vagas de evasão, ou de transferências de cursos, entre outros.

³ INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacional AnísioTeixeira (Inep)

Seguindo o relatório do INEP⁴, a rede privada de ensino ofertou neste mesmo período 92,4% de vagas na Graduação, já a rede pública ofertou 7,6%. Sobre ingressantes em 2017 apontou que 3,2 milhões de estudantes entraram em uma graduação, destes 81,7% são em Instituições privadas.

O que podemos verificar com esses dados é que no Brasil há um domínio da rede privada no Ensino Superior e a educação a distância está tomando espaço nas instituições (privadas e públicas), como podemos encontrar no relatório conforme aponta Corbucci (2014, p.11) que os ingressantes em cursos de graduação a distância em 2007 era de 15,4%, essa participação é de 1/3 uma década depois. Neste panorama destacamos que no período de 2007-17, cursos de graduação como Tecnólogos teve ingresso de 19,1%, as Licenciaturas de 20,1%, já cursos de Bacharelado teve um patamar de 60,1%. Destacamos aqui, que em uma década, os cursos Tecnólogos teve um acréscimo de 119,4% - o que aponta a intencionalidade desses jovens⁵ em fazer curso superior, em um período curto, visando à entrada ao mercado de trabalho.

Desse modo ainda segundo Dayrell e Gomes (2009), é urgente e necessário que medidas como criação de políticas públicas efetivas, que priorizem e identifiquem o jovem como sujeito de direitos, sejam implementadas com o objetivo de não somente democratizar a o ensino superior, mas, sobretudo, de garantir a permanência com qualidade do estudante na Universidade ou IES⁶.

A mera observação do comportamento social dos jovens e outros fatores como etnia, gênero, origem social, são fatores que apontam os interesses a ramos diferentes nas graduações – a interferência de políticas externas que exigem uma visão para o mercado de trabalho implica, significativamente, para o acréscimo na procura de cursos profissionalizantes de caráter superior.

Nas últimas duas décadas, tem aumentado o número de jovens provenientes das classes populares que chegam ao ensino superior, o que muda significativamente o perfil estabelecido por anos no ensino superior. Segundo Silvino (2009), isso acontece, dentre outros fatores, pelo fato de que o número de alunos reprovados no ensino médio tem diminuído consideravelmente em razão das políticas públicas de correção de fluxo no ensino fundamental e a expansão de vagas nas escolas de ensino médio público. O que tem permitido

⁴ Relatórios disponíveis em: <http://inep.gov.br/relatorios> - acesso em 18 de setembro de 2018.

⁵ Utilizamos o termo jovem seguindo o diálogo introdutório sobre Juventudes, mas, compreendemos que não se trata exclusivamente de ingressos jovens, havendo variadas idades de estudantes nas graduações.

⁶ IES – Instituição de Ensino Superior

que mais jovens tenham acesso à escola. E isso reflete no ingresso ao ensino superior, como aponta Corbucci (2014, p. 9),

O aumento da demanda e o acirramento da concorrência por vagas na educação superior pública podem ser parcialmente explicados pela ampliação do número de concluintes do ensino médio na década de 1990. De acordo com Catani e Hey (2007), o Estado se encontrava despreparado para atender a esse aumento da demanda, tendo assim optado por abrir espaço para a atuação do setor privado. Tal entendimento havia sido formulado por Corbucci (2004), quando diz ter havido “certa desregulamentação do setor, no que se refere à flexibilização dos requisitos para a criação de cursos e instituições”.

Nesse sentido, face ao exposto, entendemos que os jovens das classes populares chegam a Universidade que, originariamente, não foi pensada para eles – com uma gama de incertezas que podem levar ao acesso, mas, não a permanência. A acessibilidade no ensino superior, abarcar uma série de necessidades, principalmente para os estudantes das classes populares que tem a Universidade como seu meio de adquirir capital social e, por conseguinte, o acesso ao mercado de trabalho que será o outro meio de aquisição de capital, neste caso, o capital econômico. Embora, seria de muito positivo se todos os ingressos no ensino superior tivessem garantida sua permanência até a conclusão do curso escolhido e, posteriormente, sua entrada no mercado de trabalho. Contudo, sabemos que a realidade é de uma possível evasão do ensino superior, transferência de curso ou trancamento.

Desse modo salientamos a importância do *engagement* estudantil para fortalecer os vínculos institucionais entre o estudante e o ensino superior.

O *Engagement* estudantil no ensino superior

O *engagement*⁷ é um fenômeno que apontam indicadores de uma vida saudável, considerando como um estado positivo de ação relacionado ao mundo de trabalho e utilizado muito na psicologia ativa laboral por considerar três dimensões de sua intenção que é vigor, dedicação e absorção. No entanto, este conceito já está sendo utilizado na Educação, na ação de permanência onde se almeja o protagonismo construindo um processo de ensino e aprendizagem. O *engagement* é caracterizado como uma ação da Pedagogia Ativa que devemos considerar como um processo dialético de motivação, que vai além do interesse subjetivo do sujeito, mas, na construção do ato de engajamento.

⁷ O conceito *engagement* é muito utilizado na área da psicologia ativa, onde se discutem o *Engagement* no trabalho – havendo contribuição de vários autores da área, mas não consenso conceitual. Portanto, utilizamos o conceito *engagement* neste artigo considerando o processo de engajamento (profissional, acadêmico ou institucional) do sujeito que participa da comunidade universitária seja como professor, colaborador, gestor, alunos, entre outros. O *engagement* aqui utilizado é entendido como um construto de desempenho para a coletividade universitário num todo.

A condição docente se faz importante neste processo, pois se diferencia das outras relações sociais institucionais por originar e se estabelecer em uma relação intersubjetiva entre sujeitos socio-histórico e culturais distintos em uma relação de alteridade, mediada por processos de formação humana e por conteúdos curriculares. Em outras palavras, uma relação entre professor e aluno é construída por dimensões concernentes ao humano, isto é, acertos, desacertos, encontros, tensões e conflitos. Além disso, essa relação constitui-se política, pois é mediada pelo conhecimento.

O *engagement* não se trata somente de competências e habilidades praticadas para motivar o sujeito. Interações, afetos e sensibilidades também devem ser balizadores para uma prática pedagógica, com vista a contribuir a elaboração identitária dos sujeitos nas Universidades. Nesse sentido, um dos mais importantes objetivos do *engagement* é a práxis dessa ação, onde é necessária uma nova ação com vista para a permanência no ensino superior. A docência se apresenta no cuidado, no zelo pelo outro, ou, nas palavras de Teixeira (2007, p. 9),

[...] nesta relação há histórias principiando, identidades e subjetividades desabrochando, caminhos sendo escolhidos, horizontes que se abrem ou se fecham, nas vidas infantis e juvenis que se inauguram, podendo ser mais ou menos formosas, conforme sejam trabalhadas, lapidadas na relação pedagógica.

Em contraposição à dificuldade de muitos dos jovens universitários, Teixeira (2007) se refere à delicadeza que expressa no comprometimento pela formação humana do outro. A dificuldade no trato, na empatia e até simpatia de alguns docentes pode comprometer, não só a aula, mas o engajamento do jovem estudante a partir do momento em que ele se vê obrigado a trabalhar com sujeitos históricos e culturalmente diferentes dele.

Da mesma forma que os professores costumam classificar os alunos em bons ou maus, podemos esperar que estes também possuam uma série de representações e expectativas sobre como engajar os estudantes. De acordo com Morales (2006 *apud* SILVINO, 2009, p. 7), baseando-se nas representações dos estudantes sobre o professor ideal é possível haver motivação por parte dos jovens que adquirem uma referência humana e profissional.

Já Sposito e Galvão (2004), em pesquisa realizada em uma escola pública de São Paulo, revelam a expectativa existente por parte dos jovens de que o professor ajude a se situarem, a perceberem o que aquele espaço tem a ver com eles, e podemos muito bem trazer a realidade do ensino superior. Principalmente os jovens oriundos das classes populares, que necessitam alguém que os auxilie nesse processo de motivação e permanência. Nesse sentido, a intervenção, a colaboração, o *engagement* do professor é fundamental, Sposito e Galvão (2004) ressaltam que essa ação será tanto mais decisiva refletindo sua permanência.

Contudo, destacamos o papel da gestão nesse processo de *engagement* que em conjunto com o corpo docente possa atuar na perspectiva de construção do sujeito. Nesse sentido, cabe ainda pensar que no processo de permanência em um curso superior, o jovem deixa sua realidade para fora dos muros institucionais, uma vez que a Universidade não busca dialogar com as experiências que ele traz consigo. Ressalte-se, nesse sentido, que vários trabalhos na área da sociologia da educação têm demonstrado que a expectativa que os professores têm deem relação a seus alunos exerce significativa influência sobre a aprendizagem e sua permanência (BRESSOUX, 2003).

Desse modo, afirma Dayrell (2001, p. 15):

A sala de aula também é um espaço de encontro, mas com características próprias. É a convivência rotineira de pessoas com trajetórias, culturas, interesses diferentes, que passam a dividir um mesmo território, pelo menos por um ano. Sendo assim, formam-se subgrupos, por afinidades, interesses comuns, etc. É a formação de 'panelinhas', quase sempre identificadas por algum dos estereótipos correntes: a turma da bagunça, os CDF, os mauricinhos.

Para Barbosa (2007), o pertencimento a um grupo de afinidades pode influenciar o comportamento dos alunos. Até porque cada grupo estabelece uma relação diferente com a instituição, distanciando-se ou aproximando-se daquele ideal almejado quando ingressado.

Desse modo partimos do pressuposto de o *engagement* envolve não apenas a motivação estudantil, mas também ações concretas que envolvem os indivíduos nas suas dimensões humanas. Dimensões estas que correspondem a afetividade, o comportamento pessoal e cognitivo proporcionando ações em contexto de aprendizagem ativa na qual o sujeito (o jovem) se torne participante do processo de construção de sua aprendizagem e das relações igualmente estabelecidas no universo do ensino superior.

Considerações Finais

Os elementos e as reflexões que trouxemos para este artigo buscou clarificar uma parte das complexas relações que se estabelecem entre os jovens e a Universidade, sobretudo no dinamismo do mundo atual. Com base nas problemáticas suscitadas aqui neste trabalho, reiteramos a necessidade de que os professores e as Universidades conheçam e compreendam melhor os jovens que ingressam e que frequentam o ensino superior, suas demandas, desejos e anseios, na perspectiva de abandonar os estereótipos e representações negativas, que possam impossibilitar o diálogo e prejudicar o ato educativo e conseqüentemente, levar a evasão.

Desse modo, podemos responder que sim, a Universidade deve ser para todos e que nesse contexto as instituições de ensino superior passem a pensar em ações de *engagement* estudantil em nível institucional, ou seja, partindo do pressuposto de que o engajamento se

constitui um processo duplo, coletivo, que envolve não apenas os estudantes e suas motivações internas, mas também ações e políticas intencionadas e empreendidas.

Por fim, entendemos que a Universidade também pode, de forma relevante, contribuir para a construção dos projetos de vida desses jovens, ajudando-os a se conhecerem melhor como sujeitos atuantes. Que de fato sejam protagonistas em seus processos de desenvolvimento, ampliando seu leque de possibilidades e, acima de tudo, propiciando-lhes um melhor entendimento sobre as escolhas e, conseqüentemente, sobre a tomada de decisões com mais propriedade, corroborando dessa forma com a formação na integralidade do sujeito não evadido. E projetando políticas que impeça ou reduza drasticamente, as evasões de nossos jovens no ensino superior.

Referencial Teórico

BARBOSA, Daniele de Souza. **“Tamo junto e misturado!”: um estudo sobre a sociabilidade de jovens alunos em uma escola pública.** 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

BERNSTEIN, B. **A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle.** Petrópolis: Vozes, 1996a.

BRESSOUX, Pascal. **As pesquisas sobre o efeito-escola e o efeito-professor.** Educação em Revista. Belo Horizonte, n. 38, dez., 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação.** Seleção, organização, introdução e notas Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani – 4ª ed. SP, 1998.

_____. 1983. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero. p. 112-121.

CORBUCCI, R.P. **Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990.**

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social.** *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, dez. 2003.

DAYRELL, Juarez. **A escola “faz” as juventudes?: reflexões sobre a socialização da juventude.** *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, 2007. p. 1.105-1.129.

DAYRELL, Juarez; GOMES, Nilma Lino. **A juventude no Brasil.** Belo Horizonte, 2009.

HARGREAVES, A. **Profesorado, cultura y postmodernidad.** Madrid: Morata, 1996.

INEP. **Relatórios.** Disponível em: <http://inep.gov.br/relatorios> acesso em 12 de set 2018.

MORALES, Pedro. **A relação professor-aluno: o que é, como se faz**. 6. ed. São Paulo.

SPOSITO, Marília Pontes; GALVÃO, Izabel. **A experiência e as percepções de jovens na vida escolar na encruzilhada das aprendizagens: o conhecimento, a indisciplina, a violência**. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 345-380, jul./dez. 2004.

TEIXEIRA, Inês de Assunção de Castro. **Da condição docente: primeiras aproximações teóricas**. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 99, p. 426-443, maio/ago. 2007. Disponível em: www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 15 jun. 2015.

VIANNA, Hermano. Introdução. In: _____ (Org.). **Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.